



Seu País

Dique contra o fisiologismo

ENTREVISTA O governador Cid Gomes explica o projeto de uma frente de esquerda capaz de sustentar o governo Dilma Rousseff

A RODRIGO MARTINS, DE FORTALEZA





TAMBÉM
NESTA
SEÇÃO



pág. 37

USP. A divulgação de salários acima do teto abre uma nova crise na universidade paulista

DIANTE DE UMA nova rebelião da base aliada no Congresso e dos desdobramentos da Operação Lava Jato, dedicada à apuração do escândalo de corrupção na Petrobras, não resta alternativa à presidenta Dilma Rousseff senão repensar a forma como o Executivo se relaciona com o Parlamento. O diagnóstico é do governador do Ceará, Cid Gomes, defensor da criação de uma frente de esquerda para trabalhar pela estabilidade do governo e fazer um contraponto ao fisiologismo e ao avanço dos conservadores no Parlamento. “O governo está escravo do PMDB, que se considera um partido essencial, quando eu penso que ele não está com essa bola toda. É melhor ter uma base mais enxuta, porém mais confiável.” Na entrevista a seguir, Gomes explica a proposta e fala sobre os rumos da economia. Evita, porém, comentários sobre a possibilidade de assumir um ministério. “Ninguém fala sobre conjecturas.”

CartaCapital: Qual é o objetivo da frente de esquerda?

Cid Gomes: O Executivo precisa de uma nova forma de se relacionar com o Parlamento ou, ao menos, deve tentar melhorá-la, torná-la mais ética e transparente. A Operação Lava Jato ajuda nesse sentido, pois fragiliza o núcleo central desse modelo de governança instituído em meados do governo Lula. Dilma tentou mudá-lo, mas teve de se render no principal.

CC: Que modelo de governança é esse?

CG: Quais são os principais partidos da base? O PT, evidentemente, e o PMDB. Esse último é um ajuntamento de seções estaduais que se unem na hora de disputar um naco do poder. Foi assim nos governos de Lula e de Fernando Henrique Cardoso. Só que agora o PMDB perdeu o pudor. As chantagens são feitas publicamente por quadros do partido.

CC: O senhor se refere ao deputado Eduardo Cunha?

CG: Entre outros. Cunha é uma caricatura dessa situação. Mas uma boa parte do PT, ao longo dos últimos anos, também aderiu à tese do poder pelo poder. O resto do apoio de Dilma é múltiplo. Há partidos ideológicos e também os fisiológicos, todos com expressão pequena, o que faz com que o poder fique concentrado no PT e no PMDB. Dilma pode estimular um reordenamento dessa base, e isso não se fará apenas com boa vontade. Se depender de boa vontade, a negativa já vem daquele bordão antigo, de que a esquerda só se une na cadeia. A presidenta precisa emitir sinais claros para fomentar a união.

CC: Quem poderia integrar esse bloco?

CG: Aqueles que têm uma linha ideológica de esquerda e que estejam insatisfeitos nos seus partidos, além das legendas dispostas a se alinhar integralmente.

“O Executivo precisa de uma nova forma de se relacionar com o Parlamento. Mais transparente”

Não precisamos, necessariamente, de um partido novo. É um processo. Primeiro, cria-se um bloco. Depois, uma frente. Na medida em que as desconfianças são superadas, podemos pensar em outras formas de organização. No futuro, talvez isso se converta em uma nova legenda, com instâncias compartilhadas de poder. Além do meu partido, o PROS, imagino que podem aderir ao projeto o PDT, o PCdoB, parcelas do PSB...

CC: E o projeto de Gilberto Kassab?

CG: Ele se movimenta pelo centro. É líder do PSD e trabalha para formar uma nova legenda, fazer uma fusão que permita o ingresso de quadros oriundos de outros partidos. Se conseguir desidratar o PMDB, será um grande feito.

CC: A movimentação de Kassab está relacionada, de alguma forma, com a sua proposta de uma frente de esquerda?

CG: O movimento do Kassab está em curso. No caso da frente, por ora é uma ideia exposta por mim. O objetivo, creio, é o mesmo: dar mais estabilidade ao governo, em uma linha mais ideológica, não fisiológica. O governo está escravo do PMDB, que se considera um partido essencial, quando eu penso que ele não está com essa bola toda. É melhor ter uma base mais enxuta, porém mais confiável.

CC: Como Dilma recebeu a sua proposta?

CG: Com simpatia, acho (*risos*).

CC: Que impacto a Lava Jato pode ter na política nacional?

CG: Este é o enésimo escândalo de corrupção do País. Mas, quando as investigações começam a ameaçar o poder econômico, o caso geralmente é encoberto. Encontra-se uma formalidade jurídica, anulam-se as provas... O Brasil precisa dessa operação para dar um passo à frente. Ela deve ir até o fim, pegar os corruptores e os intermediários da política. Isso pode induzir uma nova relação entre o governo e o Parlamento.



Seu País

CC: E a política econômica, também carece de mudanças?

CG: Manter uma boa equação fiscal não tem ideologia. Qualquer governo que se pretenda sustentável não pode gastar mais do que arrecada. O Brasil tem reservas externas, mas esse colchão não é eterno. Em áreas estratégicas, como o setor secundário, a indústria, temos um rombo enorme. A importação de manufaturados deixou um déficit de 105 bilhões de dólares em 2013. As exportações do setor primário ajudaram a cobrir parte da diferença, mesmo assim estamos deficitários. Serão necessários esforços dirigidos para melhorar as exportações de manufaturados, expandir aquelas do setor primário, reduzir e conter os gastos supérfluos.

CC: Os empresários têm muita desconfiança em relação ao governo e seguraram os investimentos. A indústria patina e começa a dispensar mão de obra. Como equacionar o problema?

CG: Muitos dos investimentos previstos para os dois últimos anos foram adiados por questões ideológicas e até por certa antipatia. Boa parte dos patronos das indústrias do Brasil tem reservas em relação ao governo, que ao meu juízo são justas em alguns casos, mas uma parte é injusta. Eles adiaram esses investimentos para ver o que aconteceria nas eleições. O Brasil vinha em uma linha de crescimento, num círculo virtuoso. Se você gera mais produção, tem mais emprego, mais salário, mais demanda, mais produção. A interrupção dos investimentos comprometeu o ciclo. Mas acredito que o próximo ano será melhor. Alguns

Eduardo Cunha,
uma caricatura



Kassab
movimenta-se
pelo centro



“O ministro da Fazenda precisa ter liderança. Não enxergo isso no Meirelles ou no Barbosa”

investimentos não podem mais ser postergados. Dilma pode sinalizar com um bom ministro da Fazenda, um bom ministro do Desenvolvimento...

CC: Dos nomes cotados para a Fazenda, qual nome é melhor? Fala-se em Henrique Meirelles e Nelson Barbosa.

CG: Um ministro da Fazenda precisa ter liderança, e não enxergo isso em nenhum dos dois. Barbosa é técnico demais, não conhece tão bem o Brasil. Tem um olhar muito paulista. Meirelles tem essa relação histórica com o setor financeiro. Eu acho que não é bom. O ideal é inspirar confiança no investidor empreendedor, estimular o setor produtivo. O rentista também precisa ter tranquilidade, até para não jogar contra. Mas não é prioridade.

CC: Meirelles seria uma sinalização para os rentistas?

CG: Ao meu juízo, sim.

CC: E Barbosa?

CG: Não seria para ninguém (risos).

CC: Quem poderia assumir esse papel de liderança?

CG: Luiz Carlos Trabuco, do Bradesco, é um bom nome. É respeitado não por ser ligado ao setor financeiro, mas por ser um executivo com credi-

bilidade. Os investidores enxergarão nele um esforço de contenção de gastos, de maior equilíbrio fiscal.

CC: Na banca de apostas, o senhor é sempre cotado como futuro ministro do governo Dilma. De qual pasta?

CG: Isso é um problema. Que curinga é esse? Eu, sinceramente, não me considero um curinga (risos). Meu projeto pessoal é passar uma temporada fora. Estou há 22 anos na política. Tive muitas alegrias, mas tive de fazer sacrifícios pessoais. Meu plano é trabalhar no Banco Interamericano de Desenvolvimento.

CC: Mas o senhor aceitaria um convite para integrar o governo?

CG: Ninguém fala sobre conjecturas. Se falar que não aceitaria, seria indelicado. Se disser que topo, seria oferecido. •